

DO PIOR AO MELHOR: uma visão crítica sobre a Educação Superior no Brasil a partir dos dados do Censo da Educação Superior (Censup) de 2022

Juliano Milton Kruger¹

RESUMO

Este estudo avalia a Educação Superior no Brasil utilizando dados do Censo da Educação Superior de 2022 do Inep/MEC. Com uma abordagem mista, explorando tanto análises qualitativas quanto quantitativas, o estudo identifica disparidades notáveis na educação, particularmente nas regiões Norte e Nordeste, refletindo desigualdades socioeconômicas e raciais. As taxas de matrícula ficam aquém das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação, e observam-se diferenças acentuadas entre instituições públicas e privadas, especialmente em relação à evasão e qualidade nos cursos a distância (EaD), além de desigualdades de gênero. Contudo, há avanços como aumento da escolaridade média e melhoria nos rendimentos entre jovens, e as instituições públicas se destacam pela qualidade. Programas como Fies e ProUni mostram impactos positivos na redução de disparidades. O estudo sugere a necessidade de expandir a EaD em instituições públicas, aumentar o financiamento para estas, melhor regular as privadas, e incentivar a participação feminina em áreas de ciências e tecnologia, visando um sistema educacional mais robusto e equitativo no Brasil.

Palavras-chave: Educação Superior; Graduação; Censup; Censo Superior; Brasil.

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia do Amazonas, Universidade do Estado do Amazonas. E-mails: juliano.kruger@ifam.edu.br e jmkruger@uea.edu.br. LATTES: [8344931305394600](https://lattes.cnpq.br/8344931305394600)

FROM THE WORST TO THE BEST: a critical view on Higher Education in Brazil based on data from the 2022 Higher Education Census (Censup)

ABSTRACT

This study assesses Higher Education in Brazil using data from the 2022 Higher Education Census by Inep/MEC. Employing a mixed-method approach that combines qualitative and quantitative analyses, the study identifies significant disparities in education, particularly in the North and Northeast regions, reflecting socioeconomic and racial inequalities. Enrollment rates fall short of the targets set by the National Education Plan, and there are pronounced differences between public and private institutions, especially in terms of dropout rates and quality in distance learning (EaD) courses, as well as gender disparities. However, there are advancements such as an increase in average schooling and improvements in earnings among young people, and public institutions stand out for their quality. Programs like Fies and ProUni have shown positive impacts in reducing disparities. The study suggests the need to expand EaD in public institutions, increase funding for these, better regulate private institutions, and encourage female participation in science and technology fields, aiming for a more robust and equitable educational system in Brazil.

Keywords: Higher Education; Undergraduate; Censup; Higher Education Census; Brazil.

1. INTRODUÇÃO

O sistema de educação superior no Brasil enfrenta um momento singular, pautado tanto por desafios quanto por oportunidades ímpares. Este estudo pretende mergulhar nas sutilezas dessa parcela vital do sistema educativo brasileiro, revelando as nuances que emergem dos dados do Censo da Educação Superior (Censup) de 2022. A educação superior é frequentemente considerada um vetor de crescimento econômico e desenvolvimento pessoal. No entanto, a realidade brasileira apresenta uma complexidade marcada por disparidades regionais, socioeconômicas e raciais, que se manifestam claramente nos números do Censup.

O objetivo geral deste estudo é analisar o atual panorama da educação superior no Brasil com base nos dados fornecidos pelo Censup 2022. Três objetivos específicos direcionam esta análise: compreender as características definidoras da educação superior, identificar os melhores e piores aspectos do sistema atual e, por fim, propor estratégias que visem fortalecer os pontos positivos e superar os negativos, capitalizando oportunidades e neutralizando as ameaças.

Adotando uma metodologia mista, explicativo-descritiva, este trabalho empreende uma análise detalhada dos dados do Censup 2022. A investigação procura identificar padrões, tendências e desvios que ilustram o estado da educação superior no país, envolvendo variáveis significativas como a escolaridade da população e sua influência direta na demanda por educação superior, assim como as características das Instituições de Educação Superior (IES) — incluindo localização, categoria administrativa e organização acadêmica.

A justificativa para esta investigação decorre da necessidade premente de compreender e aprimorar o sistema de educação superior no Brasil, que constitui um eixo crítico para o desenvolvimento nacional. Os dados atualizados do Censup de 2022 fornecem um substrato rico para enfrentar as complexidades desse segmento educacional, caracterizado por disparidades regionais, socioeconômicas e raciais marcantes. Este estudo visa desdobrar e compreender essas disparidades e seus impactos na educação superior e, com isso,

contribuir para a formulação de políticas e estratégias que promovam uma educação de qualidade e acessível.

Além disso, o estudo analisa indicadores-chave como taxas de matrícula e de formandos, permanência e sucesso dos estudantes e atuação docente, para oferecer uma visão sobre a eficiência e a eficácia das IES. Ao avaliar essas métricas, busca-se proporcionar insights sobre a equidade do sistema, salientando a necessidade de estratégias que fomentem oportunidades educacionais inclusivas e equitativas, especialmente para grupos sub-representados.

2. EDUCAÇÃO SUPERIOR: CONCEPÇÕES, CARACTERÍSTICAS E ORGANIZAÇÃO

A Educação Superior no Brasil, regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 9.394/96, apresenta uma vasta rede de universidades, centros universitários e faculdades dedicadas ao ensino, pesquisa e extensão (Brasil, 1996). As universidades se destacam pela autonomia garantida pela LDB e pela missão de fomentar o desenvolvimento científico e cultural (Brasil, 1996). A educação superior tem visto uma evolução significativa desde a chegada da família real portuguesa em 1808, que estabeleceu as primeiras escolas de medicina e direito (Schwartz, 1988; Fausto, 1995).

Embora o acesso à educação superior tenha se expandido, desafios como a desigualdade de acesso regional e a necessidade de alinhamento com o mercado de trabalho persistem (Brasil, 1996). Programas de financiamento estudantil e políticas de inclusão, como as ações afirmativas, têm contribuído para uma maior democratização, apesar das marcantes disparidades socioeconômicas e raciais.

Paulo Freire (2005) e Edgar Morin (2000) oferecem perspectivas valiosas para entender e aprimorar a educação superior. Freire enfatiza a importância de uma educação participativa e crítica, enquanto Morin argumenta pela necessidade de um pensamento complexo e transdisciplinar na educação, adequado aos desafios contemporâneos.

Jane Knight (2004) destaca a relevância da internacionalização para uma educação que prepara estudantes para contextos globais, enfrentando desafios financeiros e culturais. As

iniciativas de internacionalização visam adaptar os currículos às tendências globais e desafios transnacionais (De Wit, 2011).

A relação entre educação superior e empregabilidade é enfatizada por Simon Schwartzman (2005), que destaca a importância de competências transversais. Fernando Dolabela (2008) aponta a crescente relevância do empreendedorismo na formação superior.

A Lei de Cotas (Brasil, 2012) e o ProUni (Brasil, 2005) são marcos na democratização do acesso à educação superior, promovendo a inclusão de grupos historicamente excluídos e contribuindo para uma maior equidade educacional.

Os movimentos estudantis, especialmente a União Nacional dos Estudantes (UNE), têm desempenhado um papel importante na história das reformas educacionais no Brasil (Teixeira, 1989; Souza, 2003). As ações estudantis foram cruciais para mudanças significativas, defendendo uma educação superior mais democrática e acessível.

A educação superior brasileira continua a enfrentar desafios para ampliar o acesso e garantir a qualidade (Schwartzman, 2015). A necessidade de inovação contínua é fundamental para manter a relevância da educação num cenário global em transformação (Ristoff, 2014).

3. QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

A qualidade da Educação Superior no Brasil é fundamental para o progresso social, econômico e cultural, estendendo-se além das habilidades técnicas para abarcar a cidadania e o desenvolvimento sustentável (Saccaro; Cataldo; Waltenberg, 2022). Os desafios em avaliar e assegurar essa qualidade em um sistema diverso são significativos, especialmente porque os indicadores quantitativos comuns, como taxas de aprovação e desempenho em testes padronizados, podem não capturar completamente a complexidade do processo educativo (Rothen, 2018; Sousa, 2013). Nesse contexto, a avaliação qualitativa é promovida por Freitas (2019) como uma abordagem que valoriza o desenvolvimento integral do aluno e a criação de um ambiente de aprendizado inclusivo.

A eficácia do ensino, conforme argumentam Smith e Colby (2010), deve ser medida não só pelo conteúdo transmitido, mas também pela forma como esse conteúdo é entregue e

assimilado, incentivando um aprendizado ativo e relevante. A qualidade da formação docente, incluindo o domínio de novas tecnologias e metodologias pedagógicas, é essencial para o sucesso desse processo (Ferreira; Almeida, 2019). Além disso, o envolvimento dos alunos no processo educativo é crucial, com métodos que fomentem interesse e retenção do conhecimento sendo indicadores de uma educação de qualidade (Fernandes; Fernandes, 2012).

O conceito de qualidade socialmente referenciada ressalta que a educação superior deve ser avaliada não apenas pelos resultados acadêmicos, mas também pelo seu impacto na sociedade (Oliveira; Silva, 2017). Este enfoque conecta a educação a objetivos mais amplos, como a justiça social e o desenvolvimento sustentável, e destaca a necessidade de inovações pedagógicas que incluam ensino ativo e uso eficaz da tecnologia educacional (Oliveira; Ferreira, 2018).

Assim, a qualidade do ensino é uma medida complexa que exige um equilíbrio entre indicadores quantitativos e qualitativos (Souza; Lima, 2021). A influência dos rankings universitários na gestão e nas políticas educativas demonstra como métricas externas podem impactar as prioridades das instituições, muitas vezes em detrimento das necessidades reais dos alunos e das demandas sociais (Saccaro; Cataldo; Waltenberg, 2022). A contextualização se faz necessária, pois cada comunidade educativa possui peculiaridades que afetam a qualidade do ensino (Castro; Santos, 2019), o que reforça a importância de um sistema de avaliação como o Sinaes (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), que busca ser mais inclusivo e adaptado às variadas realidades educacionais (Freire et al., 2021).

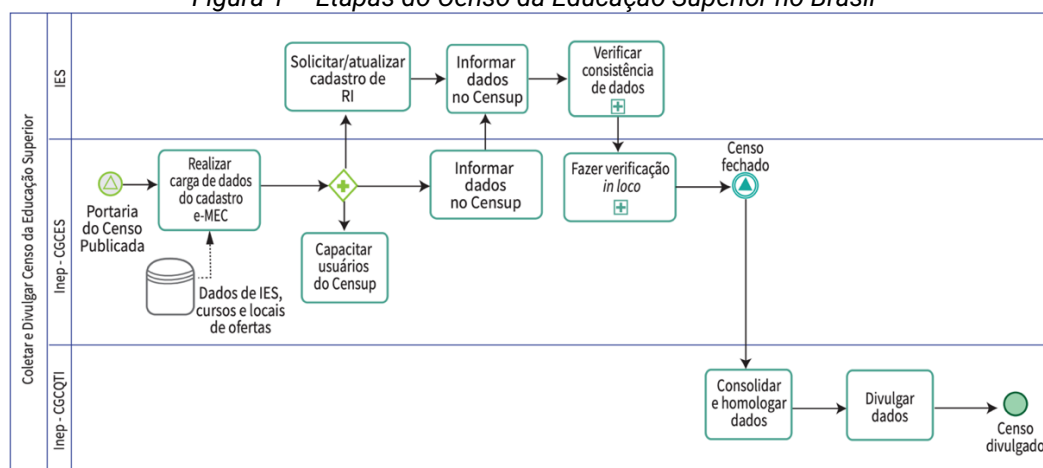
4. CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

O Censo da Educação Superior surge como uma ferramenta indispensável para o delineamento da realidade educativa brasileira, coletando dados cruciais que servem de suporte à elaboração de políticas públicas e à gestão educacional (Inep, 2022). Os objetivos do Censo abrangem o fornecimento de estatísticas confiáveis, o apoio à formulação de políticas educativas e a contribuição para a qualidade e acessibilidade no ensino superior, refletindo sua relevância sistemática e estratégica para o setor (Hoffmann; Nunes; Muller, 2019; Inep, 2022).

De abrangência nacional, o Censo da Educação Superior faz parte do Sinaes, é coordenado pela Direção de Estatísticas Educativas do Inep e ocorre anualmente, capturando uma diversidade de informações desde dados demográficos até recursos financeiros e atividades de pesquisa das instituições de ensino superior (IES) (Inep, 2022). A metodologia emprega tanto a declaração individualizada quanto em lote, adaptando-se às necessidades variadas das IES e garantindo uma coleta de dados abrangente e minuciosa (Inep, 2022).

Todas as IES, públicas e privadas, são obrigadas a responder ao Censo, que inclui informações detalhadas sobre cursos de graduação e sequenciais, docentes e alunos. A exatidão dos dados repousa na responsabilidade do representante legal da IES e do recenseador institucional, assegurando a fidedignidade das informações coletadas (Inep, 2022).

Figura 1 – Etapas do Censo da Educação Superior no Brasil



Fonte: Inep (2020).

A Figura 1 ilustra as etapas envolvidas no Censo de Educação Superior no Brasil delineando o processo desde a coleta inicial de dados até a publicação final das estatísticas oficiais. Inicialmente, o Inep emite uma portaria com o cronograma oficial, que dispara o envio de instruções às IES para compilar as informações institucionais e acadêmicas necessárias. As IES são então responsáveis pela atualização e validação dos dados através de módulos específicos do sistema Censup [do censo], abrangendo usuários, instituições, cursos, docentes e alunos. Após a conclusão do período de preenchimento, o Inep verifica a consistência dos dados, colaborando com os recenseadores institucionais para correções finais. Uma vez que os dados são finalizados, são disponibilizados como informes para consulta e validação pelas IES, e após essa etapa, o Inep publica as sinopses estatísticas,

solidificando as informações como estatísticas oficiais e disponibilizando-as para consulta pública. Estes dados são publicados no site do Inep e se tornam uma fonte valiosa para a comunidade acadêmica, formuladores de políticas públicas e para a sociedade (Inep, 2022). O Censo é regulado por uma série de decretos e portarias que estabelecem suas diretrizes e responsabilidades, como o Decreto nº 6.425/2008, que define os procedimentos para a coleta de dados, e a Portaria MEC nº 21/2017, que trata do sistema e-MEC, fortalecendo a estrutura legal para a coleta de dados (Brasil, 2008; Brasil, 2017).

A Educação Superior é destacada pelo Censo como um fator de valorização no mercado de trabalho, evidenciando que profissionais com formação superior têm rendimentos superiores aos que possuem apenas educação secundária, reforçando a importância de políticas inclusivas e de redução de desigualdades sociais (Inep, 2022).

Embora o Censup forneça uma vasta quantidade de dados quantitativos, ele apresenta limitações quanto à avaliação de aspectos qualitativos, como a satisfação dos alunos e a eficácia das metodologias pedagógicas. Adicionalmente, a demora na atualização e divulgação dos dados pode atrasar a aplicação de políticas necessárias e a resposta a desafios emergentes no setor educativo (Inep, 2022).

O Inep (2020) apresenta uma cronologia do Censo, ilustrando como ele tem evoluído desde seu início em 1916 até a adoção de tecnologia e inovações recentes. Essa evolução reflete as mudanças sociais, políticas e tecnológicas, demonstrando o compromisso do Censo com a precisão e a atualização contínua dos dados sobre o ensino superior.

Os dados do Censo da Educação Superior são essenciais para a formulação de políticas educativas eficazes, proporcionando informações vitais para governos e instituições planejarem e implementarem medidas de melhoria na qualidade e acessibilidade do ensino superior. A participação das IES no Censo permite acesso a uma vasta base de dados que é fundamental para conhecer a realidade do ensino superior e para a tomada de decisões informadas (Saraiva Educação, 2022).

5. METODOLOGIA

O marco metodológico para a análise da Educação Superior no Brasil é construído sobre a abordagem proposta por autores como Kruger (2023), Gil (2022) e Marconi e Lakatos (2021). Este marco abarca tanto métodos quantitativos quanto qualitativos, permitindo uma compreensão abrangente das dinâmicas complexas que caracterizam o sistema educacional brasileiro. Esta combinação metodológica é crucial para captar tanto a extensão quantitativa dos dados como a profundidade qualitativa das experiências educacionais.

A investigação se situa no Brasil, uma nação com diversidade econômica, social e demográfica significativa, que apresenta desafios únicos para o setor educacional. O Brasil, sendo a maior economia da América Latina, possui disparidades regionais acentuadas que influenciam diretamente a distribuição e a qualidade da educação superior. Este contexto geográfico e demográfico fornece um palco vital para explorar as interações entre a educação e variáveis socioeconômicas, sendo essencial para entender as peculiaridades do ensino superior no país.

O estudo adota uma abordagem de pesquisa mista, integrando métodos quantitativos e qualitativos para uma análise mais holística do sistema de Educação Superior brasileiro. Esta metodologia mista permite uma avaliação robusta, combinando a objetividade dos dados quantitativos com a riqueza de contextos e significados proporcionados pela pesquisa qualitativa. A interação desses métodos facilita a identificação de padrões enquanto explora profundamente as nuances e os detalhes críticos dos fenômenos educacionais.

A pesquisa é classificada como explicativo-descritiva, o que implica uma investigação aprofundada que busca não apenas descrever os aspectos do sistema educacional, mas também explicar as relações entre os diferentes elementos identificados. Através deste design, o estudo detalha e interpreta as variáveis educacionais, desde a infraestrutura até a formação dos professores, analisando como diferentes fatores contribuem para a eficácia da educação superior no Brasil.

A pesquisa utiliza dados secundários abrangendo todas as Instituições de Ensino Superior (IES) que participam do Censo da Educação Superior. A amostra inclui dados de 2.595 instituições, proporcionando uma análise extensiva que reflete a diversidade e a

complexidade do ensino superior no país. Esta ampla base de dados facilita a generalização dos resultados e o entendimento de padrões em escala nacional.

A técnica de coleta de dados é documental, utilizando-se de uma matriz de coleta de dados desenvolvida a partir das informações disponíveis no site do Inep. Este método assegura a precisão e a relevância dos dados utilizados, garantindo que a pesquisa esteja fundamentada em informações verificáveis e reconhecidas oficialmente, o que é vital para a integridade e a credibilidade da análise.

Os dados foram coletados diretamente do site do Inep, referentes ao ano de 2022, o mais recente disponível à época da investigação. Este processo envolveu a seleção cuidadosa das informações relevantes, garantindo que os dados utilizados fossem os mais atualizados e abrangentes possíveis. Este procedimento meticuloso é essencial para assegurar que a análise reflita as condições atuais e as tendências emergentes no ensino superior brasileiro. Para a análise dos dados, foram empregadas duas técnicas principais: a análise de conteúdo, conforme proposto por Bardin (2016), e a estatística descritiva. A combinação dessas técnicas permite uma interpretação multifacetada dos dados, facilitando a extração de insights significativos e a compreensão das complexidades subjacentes aos dados educacionais. A análise de conteúdo ajuda a discernir padrões e temas, enquanto a estatística descritiva oferece uma visão clara e quantitativa das tendências e variações no dataset.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O cenário atual das Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil destaca a predominância do setor privado, que representa 88% das 2.595 instituições registradas até 2022. Destas, 63% são lucrativas e 37% não lucrativas, indicando uma tendência de mercantilização da educação, o que pode impactar a qualidade e o acesso ao ensino superior (Inep, 2022).

No perfil docente, as universidades federais destacam-se pela qualificação elevada, com a maioria dos professores possuindo doutorado. Em contraste, nas privadas, especialmente as não focadas em pesquisa, prevalecem mestres e especialistas, refletindo expectativas e realidades distintas que influenciam a qualidade do ensino (Inep, 2022).

A modalidade de ensino a distância (EaD) é crescente, principalmente no setor privado, representando mais de 75% das matrículas. Essa expansão, intensificada após a pandemia de COVID-19, é vista tanto como uma resposta à necessidade de flexibilização quanto uma estratégia de massificação que pode comprometer a qualidade educacional (Cury, 2006; Salla, 2009).

As áreas mais abrangidas pela EaD, como Pedagogia e Administração, sugerem uma lógica de redução de custos, já que demandam menos infraestrutura física em comparação a cursos como Medicina e Engenharia (Inep, 2022).

A presença feminina no ensino superior tem aumentado, mas não necessariamente reflete igualdade de oportunidades ou resultados. Mulheres ainda enfrentam barreiras em campos dominados por homens, como ciências exatas e engenharia. Há uma sub-representação feminina em posições de liderança, destacando a necessidade de políticas eficazes para promover a igualdade de gênero (Hollas; Bernardi, 2020; Terra; Carraro; Ferreira, 2019).

O mercado educacional brasileiro mostra uma concentração de matrículas em poucas grandes instituições, sugerindo uma oligopolização que pode limitar a diversidade educacional e não atender plenamente às necessidades regionais e socioeconômicas (Inep, 2022).

No que tange às políticas de expansão do ensino, a distribuição geográfica das IES revela maior concentração na região Sudeste, seguida pelo Nordeste, Sul, Centro-Oeste e Norte. Isso pode contribuir para disparidades regionais no acesso ao ensino superior, desafiando a política educacional a promover uma distribuição mais equitativa de recursos (Inep, 2022).

A alta demanda por cursos como Medicina, especialmente em instituições públicas, reflete não apenas a percepção de qualidade, mas também a alta valorização social dos médicos, gerando extrema competitividade que pode excluir estudantes de baixa renda ou fazer com que muitos migrem para instituições do exterior (Inep, 2022).

A evolução histórica das matrículas desde 1980 até 2022 mostra um crescimento contínuo, particularmente acentuado na EaD a partir de 2014. Isso reflete a flexibilização das políticas educacionais e a crescente aceitação da EaD como uma modalidade válida (Inep, 2022).

Programas como o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (ProUni) têm sido fundamentais na democratização do acesso ao ensino superior, oferecendo financiamento e bolsas para estudantes de baixa renda. No entanto, esses programas também enfrentam desafios quanto à sustentabilidade financeira e à qualidade do ensino nas instituições beneficiadas (Sampaio, 2011).

Quanto às áreas de formação, a maior parte dos estudantes se concentra em 'Negócios, administração e direito', sugerindo melhores oportunidades de emprego e crescimento profissional. Em contraste, em países da OCDE, áreas como 'Engenharia, produção e construção' são mais representativas, refletindo diferentes estruturas econômicas e prioridades educacionais (Inep, 2022).

Além disso, o perfil dos professores nas escolas primárias e secundárias no Brasil aponta para desafios significativos em relação à formação adequada. Muitos docentes atuam sem a qualificação necessária na área em que lecionam, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. Esta situação, exacerbada por salários não competitivos, complica a atração e retenção de profissionais qualificados, afetando diretamente a qualidade do ensino nas áreas mais carentes do país (Inep, 2022).

Programas de formação continuada são essenciais para que os professores possam atualizar suas metodologias de ensino e adaptar-se às novas demandas educacionais e tecnológicas. Tais iniciativas são fundamentais para promover um aprendizado mais eficaz e inclusivo, preparando os alunos de maneira adequada para o ensino superior e para os desafios do mercado de trabalho (Terra; Carraro; Ferreira, 2019).

Os indicadores de trajetória dos alunos, segundo o Inep (2022), mostram que, apesar do aumento no acesso ao ensino superior, há uma taxa significativa de evasão, principalmente entre estudantes de baixa renda e aqueles em instituições privadas. Este fenômeno destaca a necessidade de mais do que apenas melhorar o acesso ao ensino superior; é essencial investir em suporte acadêmico e medidas que garantam a permanência dos alunos até a conclusão do curso.

O impacto dos programas Fies e ProUni nas trajetórias de estudantes de diferentes contextos socioeconômicos varia consideravelmente. Enquanto alunos de maior renda utilizam esses programas para acessar instituições de maior prestígio, alunos de menor renda frequentemente enfrentam desafios financeiros e acadêmicos que não são completamente mitigados pelo apoio financeiro. Isso sublinha a necessidade de ajustes constantes nesses programas para assegurar que eles não apenas expandam o acesso, mas também contribuam efetivamente para a formação de profissionais qualificados e atendam às demandas do mercado de trabalho brasileiro (Moura, 2017; Andrade, 2022).

Finalmente, a variação regional nas inscrições do ENEM e a concentração de matrículas em poucas grandes instituições refletem as desigualdades no acesso e na valorização da educação superior em diferentes partes do Brasil. Isso requer uma abordagem mais estratégica das políticas educacionais, que devem buscar formas de promover maior equidade no acesso à educação superior e assegurar igualdade de oportunidades para todos os estudantes, independentemente de sua região ou condição socioeconômica.

O Quadro 1 apresenta uma síntese dos pontos apresentados acima traduzindo-os em forças, fraquezas, oportunidades e ameaças acerca da Educação Superior no Brasil. Esta análise é conhecida como FOFA, do português, ou SWOT, do inglês: strenghts, weaknesses, opportunities e threats e é bastante utilizada no planejamento educacional.

Quadro 1 – Análise SWOT da Educação Superior no Brasil

Do Pior: 1. Escolaridade média baixa nas regiões Norte e Nordeste, especialmente entre jovens negros e de baixa renda. 2. Baixas taxas de matrícula em educação superior, não atendendo às metas do PNE. 3. Desigualdades raciais e socioeconômicas significativas no acesso à educação. 4. Menor número de IES públicas em comparação com privadas, afetando a qualidade e o acesso à educação. 5. Financiamento insuficiente e desigualdades raciais nos programas de financiamento estudantil. 6. Maior abandono escolar e baixa qualidade de ensino nas IES privadas, especialmente em EaD. 7. Menor taxa de conclusão de cursos superiores entre homens e baixa participação feminina em áreas como Engenharia e Tecnologia.	Ao Melhor: 1. Aumento da escolaridade e da renda entre jovens com formação superior de 18 a 29 anos. 2. Oferta acadêmica diversificada e corpo docente qualificado nas IES públicas. 3. Expansão e inclusão na Rede Federal de Educação Superior, com políticas de reserva de vagas. 4. Programas como Fies e ProUni reduzindo disparidades. 5. Maior permanência e conclusão de cursos em IES públicas. 6. Aumento no número de graduados e melhoria na formação docente.
Oportunidades: 1. Adotar padrões da OCDE para aumentar a educação superior entre pessoas de 25 a 34 anos e idosos. 2. Expandir EaD em IES públicas para atender a demanda com custos reduzidos. 3. Otimização de vagas e cursos nas IES públicas, focando em áreas de alta demanda e diversidade. 4. Aumentar a oferta de cursos em Tecnologia da Informação e Engenharia. 5. Fomentar a formação de docentes usando EaD como plataforma acessível. 6. Melhorar a distribuição geográfica e de cursos de tecnologia e formação de professores na Rede Federal.	Ameaças: 1. Mercantilização da educação superior, com aumento de IES privadas focadas em lucro. 2. Produção em massa de cursos EaD por IES privadas, potencialmente sacrificando a qualidade educativa. 3. Desigualdade no acesso à educação superior, com uma concentração excessiva de matrículas em IES privadas. 4. Emigração de estudantes brasileiros para instituições no exterior devido à oferta limitada de cursos como Medicina. 5. Legislação flexível para IES privadas, contribuindo para a rápida expansão sem um controle de qualidade adequado.

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

O sistema educacional brasileiro enfrenta desafios significativos, particularmente nas regiões Norte e Nordeste, onde a escolaridade média entre jovens de 18 a 29 anos é alarmantemente baixa. Uma estratégia eficaz para combater este problema é fortalecer a infraestrutura educativa nessas áreas, com um foco particular em expandir o acesso à Educação a Distância (EaD). Isso não apenas superaria as barreiras geográficas, mas também facilitaria o acesso à educação de qualidade para estudantes em regiões remotas. Além disso, programas de bolsas e financiamento estudantil direcionados especificamente a estudantes de baixa renda

e minorias étnicas poderiam ajudar a corrigir as desigualdades raciais e socioeconômicas existentes.

Outro aspecto crítico é o financiamento das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas. Atualmente, essas instituições enfrentam limitações de recursos que afetam negativamente a qualidade e a expansão dos serviços oferecidos. Aumentar o financiamento para as IES públicas permitiria não apenas a melhoria da infraestrutura e dos recursos disponíveis, mas também a expansão das ofertas de cursos presenciais e a distância. Isso poderia incluir a reestruturação das vagas para direcioná-las a cursos de maior demanda e implementar estratégias de marketing educativo mais eficazes para atrair um maior número de estudantes.

A inclusão deve continuar sendo uma força central nas IES públicas. Fortalecer as políticas de inclusão para refletir melhor a diversidade da população brasileira é essencial. Isso pode ser alcançado por meio da expansão das políticas de reserva de vagas e pelo desenvolvimento de programas de suporte que acompanhem os estudantes de grupos sub-representados desde a admissão até a conclusão dos cursos. Essas medidas ajudariam a garantir uma maior equidade e diversidade dentro do ambiente acadêmico.

É também imperativo melhorar a regulamentação das IES privadas, especialmente aquelas que oferecem cursos a distância, que têm experimentado altas taxas de desistência. A implementação de padrões mais rigorosos para a proporção aluno-docente e a qualificação dos professores ajudaria a assegurar que a qualidade da educação não seja comprometida. Além disso, incentivar a participação de estudantes do ensino médio no ENEM poderia facilitar um acesso mais amplo à educação superior, uma vez que muitas instituições utilizam essa prova como critério de seleção.

A mercantilização da educação superior representa uma ameaça significativa à qualidade e acessibilidade da educação no Brasil. É crucial repensar programas como o Fies e o ProUni, assegurando que continuem a servir como mecanismos efetivos para a inclusão educacional e não meramente como subsídios para as IES privadas. Promover a participação feminina em campos dominados por homens, como engenharia e tecnologia, através de campanhas de sensibilização e programas de mentoria, também é vital para garantir uma maior igualdade de gênero na educação superior.

Por fim, a formação de professores deve ser uma prioridade. Expandir a oferta de cursos de Pedagogia e formações pedagógicas acessíveis, especialmente por meio de EaD, poderia proporcionar qualificação para professores que já estão no mercado de trabalho. Integrar políticas públicas, financiamento, qualidade de ensino e inclusão é essencial para desenvolver um sistema educacional robusto e acessível, capaz de atender às necessidades de todos os segmentos da sociedade brasileira.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino superior no Brasil enfrenta desafios críticos, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, onde as disparidades socioeconômicas e raciais refletem uma escolaridade média baixa entre os jovens. As taxas de matrícula abaixo das expectativas do Plano Nacional de Educação, a participação limitada de adultos e idosos no ensino superior, e as diferenças marcantes entre instituições públicas e privadas são problemas que exigem atenção imediata. Ademais, a desigualdade racial nos programas de financiamento estudantil, a qualidade do ensino, a alta evasão escolar nas instituições privadas de EaD, e as disparidades de gênero ressaltam a necessidade de reformas substanciais e investimentos focados.

Por outro lado, o ensino superior brasileiro também mostra sinais encorajadores de progresso. O aumento da escolaridade média e dos rendimentos dos jovens, a oferta acadêmica diversificada e de qualidade nas instituições públicas, e o papel de programas como Fies e ProUni na redução de disparidades, são exemplos de avanços significativos. A expansão da educação superior tecnológica e a melhoria na inclusão, permanência e conclusão de cursos também destacam o potencial de crescimento e aprimoramento do sistema educacional.

Existem oportunidades notáveis para inovações e melhorias, incluindo o alinhamento com padrões internacionais da OCDE, a expansão do EaD em instituições públicas, e a otimização de vagas e cursos. A diversificação acadêmica e correção de disparidades, além do apoio estudantil e a equidade de gênero, são áreas promissoras para ações estratégicas que podem impactar positivamente o ensino superior.

Contudo, o ensino superior brasileiro ainda enfrenta ameaças que comprometem sua sustentabilidade e qualidade. A mercantilização da educação, a disparidade nas ofertas de graduação entre instituições públicas e privadas, e a dominância de cursos EaD por conglomerados educativos privados são desafios que necessitam de uma abordagem crítica e reformas profundas para garantir um sistema mais equitativo.

Assim, esta investigação contribui tanto de forma teórica quanto prática ao fornecer um entendimento mais profundo das desigualdades e dinâmicas do sistema educacional, e oferece diretrizes para políticas públicas e estratégias educativas eficazes. No entanto, uma limitação importante deste estudo é a sua abordagem generalista que poderia beneficiar-se de análises mais regionalizadas e estudos adicionais sobre a pós-graduação para uma compreensão mais robusta dos níveis educacionais superiores e suas inter-relações.

8. REFERÊNCIAS

ANDRADE, T. **Inep aponta crescimento do ensino a distância no Brasil**. Correio Brasiliense, 2022. Disponível em: <https://www.correiobrasiliense.com.br/brasil/2022/11/5049622-inep-aponta-crescimento-do-ensino-a-distancia-no-brasil.html>. Acesso em: 23 out. 2023.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. reimp. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Decreto nº 6.425, de 4 de abril de 2008**. Dispõe sobre o censo da educação superior. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 7 abr. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6425.htm. Acesso em: 26 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos (ProUni). Brasília: Senado Federal, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm. Acesso em: 20 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília: Senado Federal, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 20 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 21, de 21 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior conhecido como Cadastro e-MEC e toda a legislação associada à Educação Superior. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 22 dez. 2017. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/1284644/do1-2017-12-22-portaria-n-21-de-21-de-dezembro-de-2017-1284640-1284640. Acesso em: 27 out. 2023.

CASTRO, A. J.; SANTOS, L. M. Contextualizando a Avaliação da Qualidade Educacional. **Cadernos de Pesquisa em Educação**, v. 17, n. 44, p. 123-139, 2019.

CURY, C. R. J. A educação escolar no Brasil: o público e o privado. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 4, n. 1, p. 143–158, mar. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462006000100009>. Acesso em: 28 out. 2023.

DE WIT, H. **Trends, Issues and Challenges in Internationalisation of Higher Education**. Amsterdam: Centre for Applied Research on Economics & Management, Hogeschool van Amsterdam, 2011.

DOLABELA, Fernando. **O Segredo de Luísa**. São Paulo: Editora de Cultura, 2008.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1995.

FERNANDES, D. M.; FERNANDES, J. A. O Engajamento do Aluno como Indicador de Qualidade no Ensino. **Jornal de Pesquisa Educacional**, v. 15, n. 4, p. 210-225, 2012.

FERREIRA, M. J.; ALMEIDA, F. J. Formação Docente e Qualidade de Ensino: Perspectivas Atuais. **Revista de Educação e Formação de Professores**, v. 4, n. 1, p. 54-69, 2019.

FREIRE, F. M. *et al.* Avaliação institucional na Educação Superior brasileira: uma análise dos instrumentos para oferta de cursos a distância. **Revista de Educação PUC-Campinas**, v. 26, e215064, 2021. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/edpuc/v26/2318-0870-edpuc-26-e215064.pdf>. Acesso em: 23 out. 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 42. ed. Editora Paz e Terra. São Paulo, 2005.

FREITAS, K. S. Educação de qualidade para todos: que qualidade?. **Revista Nova Paideia - Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa**, v. 1, n. 3, p. 02–13, 2019. Disponível em: <https://ojs.novapaideia.org/index.php/RIEP/article/view/33>. Acesso em: 23 out. 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2022.

HOFFMANN, I. L.; NUNES, R. C.; MULLER, F. M. As informações do Censo da Educação Superior na implementação da gestão do conhecimento organizacional sobre evasão. **Gestão & Produção**, v. 26, n. 2, e2852, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-530X-2852-19>. Acesso em: 23 out. 2023.

HOLLAS, J.; BERNARDI, L. T. M. S. O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e as competências para uma Educação Estatística Crítica. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 28, n. 106, p. 110–134, jan. 2020. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S0104-40362019002701489>. Acesso em: 23 out. 2023.

INEP. **Censo da Educação Superior 2022**. Brasília: INEP, 2022. Disponível em:

<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 27 out. 2023.

INEP. **Metodologia de Coleta do Censo da Educação Superior: 2020**. Brasília, 2023.

KNIGHT, J. Internationalization remodeled: Definition, approaches, and rationales. **Journal of Studies in International Education**, 2004.

KRUGER, J. M. **Metodologia da pesquisa em Administração: em linguagem descomplicada**.

Curitiba: Editora Bagai, 2023. Disponível em: <https://editorabagai.com.br/product/11080/>.

Acesso em: 26 out. 2023.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica: métodos científicos, técnicas de pesquisa, elaboração de referências bibliográficas**. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

MOURA, A. **Bacharelado, tecnológico ou licenciatura: entenda a diferença**. Guia de

Carreiras. Unyleya, 2017. Disponível em: <https://blog.unyleya.edu.br/guia-de-carreiras/bacharelado-tecnologico-ou-licenciatura-entenda-a-diferenca/>. Acesso em:

23 out. 2023.

OLIVEIRA, L. R.; FERREIRA, A. P. Desafios e Possibilidades na Formação Docente para o Uso de Inovações Pedagógicas. **Revista Brasileira de Educação Moderna**, v. 5, n. 2, p. 122-137, 2018.

OLIVEIRA, M. L.; SILVA, P. J. Educação e Transformação Social: O Papel do Ensino na Sociedade Contemporânea. **Revista Brasileira de Educação e Sociedade**, v. 32, n. 59, p. 77-92, 2017.

RISTOFF, D. **Educação Superior no Brasil: Expansão e Perspectivas**. São Paulo: ANPED, 2014.

ROTHEN, J. C. Uma pequena história da avaliação da educação a partir do caso brasileiro e francês. In: ROTHEN, J. C., SANTANA, A. da C. M. (org.). **Avaliação da educação: referências para uma primeira conversa**. São Carlos: EdUFSCar, 2018. p. 17-35.

SACCARO, A.; CATALDO, B.; WALTERBERG, F. **Qualidade da educação superior: para que serve, o que é, como é medida e como deveria ser**. Texto para Discussão 169-2022. Centro de Estudos Sobre Desigualdade & Desenvolvimento - cede: Universidade Federal Fluminense, 2022. Disponível em: <https://cede.uff.br/wp-content/uploads/sites/251/2022/02/TD-169-SACCARO-A.-CATALDO-B.-WALTENBERG-F.-2022.-Qualidade-da-educacao-superior.-Para-que-serve-o-que-e-como-e-medida-e-como-deveria-ser.pdf>. Acesso em: 25 out. 2023.

SALLA, F. **A Mercantilização do Ensino Superior**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

SAMPAIO, H. O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações - Ensino Superior Unicamp, **Anais**. CEAv., 2011. Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/o-setor-privado-de-ensino-superior-no-brasil-continuidades-e-transformacoes>. Acesso em: 23 out. 2023.

SARAIVA EDUCAÇÃO. **Veja o passo a passo do processo de reconhecimento de curso MEC**. Blog Saraiva Educação, 2022. Disponível em: <https://blog.saraivaeducacao.com.br/reconhecimento-de-curso-mec/>. Acesso em: 23 out. 2023.

SCHWARTZ, S. B. **Bases do Autoritarismo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

SCHWARTZMAN, S. A Educação Superior no Brasil: Muitos Avanços, Muitos Desafios. **Insight Inteligência**, n. 68, 2015.

SCHWARTZMAN, S. **Desafios da Universidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

SMITH, J. K.; COLBY, S. A. Envolvendo Alunos: Avaliando a Qualidade Pedagógica. **Revista de Educação Contemporânea**, v. 21, n. 3, p. 123-135, 2010.

SOUSA, S. Z. Avaliação externa e em larga escala no âmbito do estado brasileiro: interface de experiência estaduais e municipais de avaliação da educação básica com iniciativas do governo federal. In: BAUER, A.; GATTI, B. A. (org.). **Ciclo de Debates Vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil**: implicações nas redes de ensino, no currículo e na formação de professores. Florianópolis: Insular, 2013. p. 61-85. (Volume 2).

SOUZA, M. P.; LIMA, F. R. Desafios na Avaliação da Qualidade do Ensino. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 102, n. 259, p. 200-217, 2021.

SOUZA, P. R. **Movimento Estudantil e Ditadura Militar (1964-1968)**. Campinas: Papius, 2003.

TEIXEIRA, A. **Educação não é privilégio**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1989.

TERRA, R. B. M. R. B.; CARRARO, G. S.; FERREIRA, M. P. R. As Políticas Públicas de Inclusão ao Ensino Superior: uma análise do contexto brasileiro nos últimos 20 anos. **Sequência** (Florianópolis), n. 83, p. 142-159, set. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2177-7055.2019v41n83p142>. Acesso em: 23 out. 2023.